

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

O PARADIGMA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL E A REPRESENTAÇÃO DO CONCEITO DE MEMÓRIA COLETIVA

THE ANTI-COLONIAL INTERCULTURAL PARADIGM AND THE REPRESENTATION OF THE CONCEPT OF COLLECTIVE MEMORY

Igor Oliveira da Silva – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Gracy Kelli Martins – Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O propósito deste trabalho é analisar como a representação do conceito de memória coletiva é moldada pelas práticas de imposição científica advindas do colonialismo intelectual. Para tanto, utiliza-se o Paradigma Intercultural Anticolonial desenvolvido pela proposta epistemológica “Bibliotecas desde Abya-Yala” para a Biblioteconomia e Ciência da Informação. Realizou-se uma pesquisa exploratória por meio de uma revisão bibliográfica narrativa como procedimento metodológico para o desenvolvimento deste estudo. Inicialmente, é apresentada a conjuntura histórica da colonização do Sul Global para discorrer sobre os mecanismos de colonização intelectual na Ciência da Informação, com vistas a expor os espaços geográficos em que são produzidas as teorias que compõem as bases epistemológicas da área. Em seguida, baseado na Organização do Conhecimento, analisa-se o conceito de memória coletiva, entendido inicialmente como um conceito hegemônico. Assim, apresenta-se o conceito de memória coletiva de Halbwachs (1990) para apontar a perspectiva do Norte Global, fazendo uso dos estudos decoloniais para destacar a possibilidade de o conceito ser representado por outros sujeitos inseridos em um contexto situado e que contribuem para a formação de epistemologias outras. Conclui-se que as bases epistemológicas da Ciência da Informação são fundamentadas em pensamentos essencialmente norte-americanos e europeus. Há assim a necessidade de apropriar-se de novos pressupostos teóricos para o estabelecimento de uma Ciência da Informação do Sul Global.

Palavras-chave: paradigma intercultural anticolonialista; memória coletiva; organização do conhecimento.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze how the representation of the concept of collective memory is shaped by the practices of scientific imposition stemming from intellectual colonialism. To this end, it adopts the Intercultural Anticolonial Paradigm developed from the epistemological proposal “Libraries from Abya-Yala” for Library and Information Science. An exploratory study was conducted through a narrative literature review as a methodological procedure for the development of this study. Initially, it presents the historical context of the colonization of the Global South in order to discuss the mechanisms of intellectual colonization in Information Science, aiming to highlight the geographical spaces where the theories that form the epistemological foundations of the field are produced. Next, based on Knowledge Organization, the concept of collective memory is analyzed, initially understood as a hegemonic concept. In this way, Halbwachs’ (1990) concept of collective

memory is presented to point out the perspective of the Global North, drawing on decolonial studies to emphasize the possibility of the concept being represented by other subjects situated in specific contexts who contribute to the formation of different epistemologies. It is concluded that the epistemological foundations of Information Science are based primarily on North American and European thought, thus revealing the need to embrace new theoretical assumptions for the establishment of an Information Science from the Global South.

Keywords: anticolonialist intercultural paradigm; collective memory; knowledge organization.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, têm se intensificado, na América do Sul, especialmente no Brasil, Colômbia e outros países marcados por histórias coloniais, os debates críticos em torno da hegemonia do conhecimento e da invisibilização de saberes locais, ancestrais e subalternizados. Embora essas reflexões não sejam inteiramente novas, é notório o fortalecimento, nos últimos anos, de iniciativas acadêmicas que questionam os paradigmas eurocentrados e buscam desenvolver epistemologias mais plurais, comprometidas com justiça epistêmica. No campo da Ciência da Informação (CI), esse movimento tem provocado reavaliações sobre a organização, representação e legitimação do conhecimento nos sistemas informacionais e científicos.

É nesse contexto que se insere a presente discussão, a qual adota como referência o paradigma intercultural anticolonial proposto por Natalia Duque-Cardona (2024), considerado um modelo científico cuja abordagem busca problematizar a produção de saberes tidos como universais e valorizar os múltiplos conhecimentos existentes nos territórios latino-americanos. Com base nesse referencial, propomos refletir sobre os reflexos das disputas epistêmicas no processo de representação do conhecimento, especialmente no âmbito dos estudos de memória. Dessa forma, apresenta-se a seguinte questão central: como o conceito de memória coletiva pode ser analisado ao contrastar abordagens ocidentais e não-ocidentais, evidenciando hegemonias e alternativas epistemológicas? Para responder a essa questão, definiu-se como objetivo geral analisar de que forma a representação do conceito de memória coletiva é moldada pelas práticas de imposição científica decorrentes do colonialismo intelectual.

Em uma perspectiva histórica, o sul global¹ tornou-se um espaço propício para a prática de diferentes formas de colonialismo, tais como o político, o econômico e o intelectual.

¹ Expressão cunhada no final da Guerra Fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, bem como a outros localizados no hemisfério Norte, que possuem indicadores de

Nesse sistema hegemônico de dominação intelectual, muitos saberes foram renegados, invisibilizados e apagados. Por isso, torna-se necessário reconsiderar, no âmbito do fazer científico, as contribuições de *epistemologias outras* (Alencar, 2022, p. 11) no que diz respeito à atividade de representação do conhecimento – aquela que permite descrever, traduzir e estabelecer conjuntos de convenções sintáticas e semânticas com o objetivo de organizar, comunicar e legitimar saberes no interior dos sistemas científicos e informacionais. Assim, é preciso revisar o status científico da CI e adaptá-la às realidades do sul global, de modo a promover diálogos plurais sobre o papel dos conhecimentos *outros*, produzidos por pensadores e por instituições de ensino e pesquisa vinculadas a essas regiões.

Metodologicamente, esta pesquisa possui caráter exploratório e se apoia em uma revisão bibliográfica narrativa, com o objetivo de mapear a produção científica sobre o conceito de memória coletiva. Como parte de uma análise mais ampla, o presente recorte, que integra a tese de doutorado defendida no PPGCI/UEPB, centrou-se em um determinado período de investigação, entre novembro e dezembro de 2023, durante o qual se realizou uma busca na base Latindex (Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal), a fim de identificar periódicos científicos das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação. O Latindex se constitui como um produto da cooperação de uma rede de instituições que trabalham de forma coordenada para reunir e disseminar informações sobre publicações científicas seriadas produzidas nos países da América Latina.

A estratégia de busca utilizou o termo “Memória Coletiva” nos periódicos de acesso aberto, revisados por pares e com publicação contínua indexados na base. Foram identificados 57 artigos científicos que abordam o conceito estudado mediante diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas, incluindo os trabalhos de Maurice Halbwachs, Le Goff, Michael Pollak, Joel Candau, José d’Assunção Barros e Myrian Santos.

Para apresentar um recorte do estudo, optou-se por concentrar a discussão conceitual nas reflexões de dois teóricos: Maurice Halbwachs (1877–1945), sociólogo francês cujos estudos sobre memória coletiva se consolidaram no âmbito do pensamento hegemônico; e Myrian Santos (1955–2024), socióloga brasileira que, embora não dialogue diretamente com os estudos decoloniais, contribui com perspectivas críticas ao propor novas formas de

desenvolvimento médios e baixos. Esses países são na maioria jovens nações africanas e asiáticas, mas também Estados latino-americanos independentes há mais de dois séculos (Pino, 2014, p. 57).

compreender e representar o conceito analisado.

A escolha dessas duas referências se justifica pelo fato de Halbwachs (1990) ser um teórico amplamente citado nas produções científicas recuperadas na base, enquanto Myrian Santos (2012), embora menos referenciada, oferece uma perspectiva decolonial, contribuindo para a discussão sobre o desenvolvimento de uma epistemologia alternativa à modernidade eurocêntrica. Fundamentado nas principais obras de ambos, foi possível analisar suas contribuições teóricas à luz das reflexões pertinentes ao paradigma intercultural e anticolonial. Nesse contexto, observa-se como tal paradigma pode subsidiar o desenvolvimento de dispositivos capazes de reparar desigualdades epistemológicas, promovendo um processo de representação conceitual mais justo.

2 REVISTANDO AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O surgimento dos primeiros movimentos epistemológicos da CI ocorreu na década de 1950. Desde então, diversos trabalhos têm sido produzidos com o objetivo de defini-la, traçar suas áreas de atuação e estabelecer seus limites em relação a outras áreas do conhecimento. Ao se dedicar ao estudo do fenômeno informacional, a Ciência da Informação busca promover o acesso às informações em seus diversos suportes para uso e possível (re)produção de novos conhecimentos. Nesse percurso, a CI teve sua origem, como campo do saber, em dois marcos geográficos distintos: a Europa, com destaque para a França e Bélgica, e os Estados Unidos da América (EUA).

Em uma perspectiva histórica, compreende-se que os marcos geográficos mencionados possuem um lugar privilegiado no âmbito da produção do conhecimento científico. A Europa, conforme a visão de alguns historiadores, tornou-se o berço da intelectualidade, sobretudo após o Século XII, considerado o “século das universidades” (Le Goff, 2003). Este título é decorrente da criação de importantes instituições de ensino em Bolonha, Paris, Oxford e Bélgica² e da autonomia que essas instituições adquiriram paulatinamente em relação às amarras da Igreja Católica Romana. Os Estados Unidos da América, por sua vez, destacam-se pela criação de importantes instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade de Harvard, Yale e Filadélfia, que logo assumiram um lugar proeminente, mesmo antes do Século XVIII, quando os EUA ainda eram uma colônia inglesa.

² A Universidade Católica de *Louven*, local onde Paul Otlet estudou direito, por exemplo, foi fundada no século XV.

Posteriormente, com a invasão e apropriação das terras de Abya Yala no Século XV, em decorrência do processo colonizador, vários viajantes-naturalistas vinculados às instituições europeias e norte-americanas se direcionaram para o novo continente com o propósito de explorar os elementos culturais e naturais constituintes desse território, tais como a fauna, a flora e os diversos aspectos sociais e geográficos de Abya Yala (Kury, 2001). Essa exploração, vinculada às formas de dominação e violência, visava à implementação de um projeto político-ideológico e civilizatório da modernidade nos trópicos, inicialmente, sem resistência significativa às investidas colonizadoras das potências não tropicais.

Desse modo, o conhecimento aqui produzido (ou para cá transferido) foi imposto enquanto saber/poder, sem levar em consideração a ancestralidade e os saberes produzidos por diferenças étnicas, religiosas ou de gênero. Esse conhecimento hegemônico imposto excluiu diferentes conhecimentos situados (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2022) para constituir narrativas de dominação e legitimação que circundam o meio acadêmico até os dias atuais. Dessa forma, a consciência da presença de uma dominação epistêmica se torna cada vez mais forte dentre os agentes sociais da pesquisa que “reivindicam uma relação sujeito-sujeito que, por si mesma, questiona a verticalidade hierarquizada dos enfoques teóricos e confere projeção aos movimentos de resistência protagonizados pelos próprios sujeitos implicados nas lutas” (Reis, 2022, p. 2).

Nesse processo histórico de imposição/exclusão epistêmica, propomo-nos a examinar alguns aspectos do colonialismo intelectual (Borda, 1971) aplicáveis à CI. Assim, ao lançar um olhar sobre a origem da CI, percebe-se que esses marcos geográficos (europeu e anglo-saxônico) se tornaram espaços precursores na formulação da comunidade científica informacional e das suas bases epistêmicas. Conforme aponta a literatura, os primeiros acontecimentos institucionais, técnicos e científicos que promoveram o desenvolvimento da CI aconteceram no âmbito do norte global. O imperativo tecnológico e a crescente modernidade por ele impulsionada contribuíram para o desenvolvimento da CI na Europa e nos EUA, além de moldarem a compreensão da sociedade da informação, caracterizada pelos constantes avanços tecnológicos nas atividades científicas.

Para constatar essa afirmativa, basta sublinhar a produção dos estudos teóricos de pesquisadores renomados que influenciaram a origem da área. É possível mencionar dezenas de exemplos, mas nos limitaremos aos mais conhecidos: Paul Otlet e Henri La Fontaine, que juntos desenvolveram a documentação científica, considerada um dos marcos originários da

CI. Pode-se também destacar a teoria dos três mundos de Karl Popper, que correlaciona o mundo físico, o mundo mental e o mundo do conhecimento objetivo.

Há ainda outros pesquisadores oriundos dos EUA que merecem ênfase, tais como: Melvil Dewey e sua classificação decimal; Vanner Bush, que propôs uma máquina chamada Memex para resolver o problema relativo à transmissão da informação; a teoria matemática da informação de Claude Shannon e Warren Weaver, que estabeleceu os elementos básicos da comunicação; e Borko (1968), com sua clássica definição de CI amplamente utilizada nas produções científicas até os dias atuais. Há ainda outros pesquisadores, como Bertram Brookes, que desenvolveu no início dos anos 1980 a equação Fundamental da CI, ou mesmo Michael Buckland, que apresentou a natureza e as características do que viria a ser a informação como coisa, como processo e como conhecimento.

Apesar dos autores mencionados apresentarem uma tonalidade marcadamente nacionalista, o conjunto de conceitos e teorias desenvolvidas por esses pensadores – homens e brancos – logo receberam status científico, foram reconhecidos internacionalmente e foram tomados como modelos universais que contribuíram para uma CI de bases colonizadoras. Como consequência imediata, há a influência desses conceitos/teorias no desenvolvimento da CI nos países do sul global.

A internacionalização do conhecimento é concebida como uma reprodução estreita das relações coloniais, onde pesquisadores e instituições do Sul devem sempre aprender com as instituições e práticas do Norte e seguir seus parâmetros do que é considerado qualidade e excelência (Sánchez-Tarragó, 2021, p. 3, tradução nossa).

Isso posto, pode-se depreender que as bases epistemológicas da CI se tornaram um “grande espelho” a ser seguido pelos pesquisadores dos demais países da América do sul, tornando-os reféns dos conhecimentos produzidos em uma matriz eurocentrada e norte-americana. Nesse processo conflitante, inúmeras pesquisas apontam as notáveis desigualdades presentes no sul global em decorrência das dependências epistemológicas estabelecidas. Como exemplo, o autor brasileiro Robredo (2011) resgata uma produção clássica intitulada *Information concepts for information Science*, de Belkin, produzida em 1978, que “reúne uma importante bibliografia sobre o pensamento, praticamente desconhecido – ou propositadamente ignorado – no mundo ocidental, de autores da União Soviética e de Europa Oriental, referente à Ciência da Informação nas décadas de 60 e 70 do século passado” (Robredo, 2011, p. 28). O autor questiona se o que chamávamos já de Ciência da Informação na Europa Ocidental não se equipara ao que os pesquisadores da área

denominavam “informática” (*informatics* em inglês e *Informatiki* em russo) na Europa Oriental. Robredo (2011) enfatiza que esse pensamento desconhecido se acentuou pela existência da Cortina de Ferro que dividia a Europa entre os países capitalistas e socialistas durante a Guerra Fria.

A constatação dessa realidade obriga a reiterar a urgência de trabalhar as questões relativas ao conhecimento epistêmico para combater a permanência de bases epistemológicas impostas e de teorias enviesadas. Assim, apresenta-se o paradigma intercultural anticolonial, proposto pela pesquisadora colombiana Natália Duque-Cardona (2020), o qual foi desenvolvido por meio de um processo teórico investigativo para as Ciências da Informação³, visando a combater o colonialismo intelectual (Borda, 1971) para o qual o sul global foi submetido para subverter os discursos hegemônicos que foram constituídos historicamente. Embora esse paradigma tenha surgido nos últimos cinco anos, Duque-Cardona (2024, p. 06), reforça que “um paradigma intercultural anticolonial é a possibilidade de deixar de virar as costas à nossa própria história e avançar numa revolução que modifica a perspectiva histórica da comunidade que a vivência”.

Em uma perspectiva paradigmática intercultural e anticolonial, deve-se reconhecer a existência de dois pólos que canalizam elementos característicos da interculturalidade: um aponta para uma interculturalidade apolítica e harmoniosa; outro assume uma interculturalidade conflituosa e decolonial (Bertely Busquets, 2013).

Assim, ao analisar a estruturação do primeiro polo intercultural científico informacional, verifica-se que a CI possui uma identidade partilhada com contribuições teórico-científicas heterogêneas advindas de diferentes espacialidades. Silve e Frente (2012, p. 26) mencionam que a identidade compartilhada da CI se constitui, em grande medida, pelas contribuições dos Estados Unidos e do continente europeu. No entanto, identifica-se também a possibilidade de ampliar esse horizonte, ao considerar as contribuições epistemológicas oriundas do Sul Global, mesmo diante de relações historicamente excludentes e hierárquicas, marcadas pela sobreposição do Norte em relação ao Sul. Não se trata de negar o legado das autorias europeias e/ou norte-americanas, mas de promover um diálogo homólogo entre diferentes conhecimentos.

³ A autora usa Ciências da Informação para se referir à Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Documentação e Ciência da Informação (Duque-Cardona, 2024, p. 02).

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

A possibilidade de um paradigma intercultural possibilita mais do que reinventar, observar com uma lente diferente daquela usada habitualmente, abrindo espaço para outros conhecimentos, epistemes e discursos, que permitem ampliar a compreensão sobre a informação, por exemplo, em termos de produção e transferência de conhecimentos locais (Duque-Cardona, 2020, p. 66).

Assim, o paradigma intercultural anticolonial evidencia a necessidade de revisitar as bases epistemológicas da Ciência da Informação para desconstruir os condicionamentos epistemológicos herdados, propondo uma nova caracterização identitária por meio da formação de quadros teóricos que promovam um movimento de libertação e autonomia, considerando o *status quo* da Ciência da Informação no sul global. Por meio dessa caracterização identitária, é possível preconizar novas perspectivas epistêmicas que favoreçam uma compreensão mais ampla das diversas realidades sociais e o desenvolvimento ou retomada de estruturas capazes de valorizar os múltiplos saberes, estabelecendo um diálogo necessário e profícuo entre os saberes originários de Abya Yala.

[...] a própria historicidade da interculturalidade tem causado debates e posicionamentos na sua forma e conteúdo sujeitos à convergência e divergências teóricas em que o compromisso político é um elemento recorrente que confirma o caráter crítico da sua abordagem (Quintero-López, 2021, p. 78).

Nesse modo, conforme preconiza o segundo polo da interculturalidade caracterizada por uma função conflituosa, deve-se destacar os aspectos divergentes do paradigma intercultural anticolonial que visa a combater a (re)produção do conhecimento que foi originado dentro um contexto situado, mas que foi tomado como um recurso generalizado e universalizado. Nessa lógica, as bases epistemológicas eurocentrada e anglo-saxônica foram desenvolvidas para atender a uma realidade específica em um dado contexto sócio-histórico, originando recortes temporais e geográficos específicos, os quais foram tomados como universais, mas que, na perspectiva intercultural, são reducionistas.

Por último, destaca-se a necessidade das instituições de ensino e pesquisa, bem como o conjunto de profissionais vinculados, empreenderem um trabalho colaborativo para unir forças. Estas objetivam desenvolver uma prática político-epistêmica insurgente de caráter decolonial para criar uma mentalidade de pesquisa própria que permita investigar e explicar os fenômenos sociais refletidos dentro de um contexto situado a fim de proporcionar seu desenvolvimento científico. Nesse contexto:

Os contrastes são tão grandes na América Latina que, muitas vezes, por falta de formação adequada, o profissional colaborou para a disseminação do livro que era mais fonte de dominação do que conhecimento e para um tipo de

educação interessada em reproduzir e multiplicar o pensamento da ideologia dominante (Suaiden, 1999/2000, p. 330).

Para isso, pode-se pensar em, por exemplo, criar programas de colaboração entre instituições de pesquisa/ensino para a integração de diferentes conhecimentos situados, bem como modos de produção/representação do conhecimento e de aprendizagem de diferentes tradições culturais para o fortalecimento dessa proposta integracionista. Como consequência, há a ascensão de novos pressupostos teóricos, incluindo o conceito de memória e sua intrínseca relação com a preservação e organização de informações para serem acessadas e utilizadas na posterioridade. Esse conceito passou por um processo de apropriação que levou em consideração um modelo de referencial teórico produzido pela episteme eurocentrada. Apesar de ser fundamental e amplamente disseminado, identifica-se também a necessidade da ressignificação do conceito na produção da área científico-informacional.

3 A REDESCOBERTA DOS NOVOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA OS ESTUDOS DE MEMÓRIA

Catherine Walsh, ao discorrer sobre os atos de dominação colonial aos quais o sul global foi submetido, propõe um movimento de incursão pautado em uma dimensão intercultural do conhecimento. Essa proposta objetiva a constituição de dispositivos contra-hegemônicos para evidenciar novas teorizações com vistas a uma virada epistemológica, por meio de práticas, conceitos, pesquisas que implementem novas concepções sociais constituídas por “um pensamento ‘outro’” que “[...] afeta tanto as estruturas e os paradigmas dominantes quanto a padronização cultural que constrói o conhecimento ‘universal’ do Ocidente” (Walsh, 2019, p. 16).

A estruturação de um movimento de resistência e de intervenção epistemológica já está sendo desenvolvida na CI por meio dos estudos teóricos em informação sobre raça, gênero, classe, sexualidades e interseccionalidades. Essa proposta paradigmática de enfrentamento a lógicas colonizadoras impacta também a área científica denominada Organização do Conhecimento (OC), uma vez que os discursos “universais” acabaram por invisibilizar os conhecimentos de outros agentes sociais. Nesse sentido, Garcez (2022, p. 02), ao considerar a OC como um espaço investigativo autônomo, que guarda fortes relações de dialogicidades com a CI, indica que ela “precisa urgentemente se abrir para o enfrentamento do processo colonizador do conhecimento, bem como de sua ordenação colonizadora”.

Quando analisamos o campo teórico da OC, verificamos suas bases nos sistemas de

classificação bibliográficas construídos por intelectuais como Francis Bacon, que, em 1605, propôs uma estrutura classificatória para a compreensão e estruturação do conhecimento humano⁴. Além deste, outros esquemas foram elaborados posteriormente, tais como os sistemas de Bliss, Brown, Cutter, Ranganathan (que era indiano, mas tem como base os estudos britânicos) e os decimais. Todos eles foram elaborados em países hegemônicos, com o objetivo de compreender os conhecimentos produzidos nesses sítios geográficos. Para manter a supremacia, esses sistemas seguem uma lógica reducionista que coloca em posição de superioridade a visão eurocentrada de mundo como protagonista da história, influenciando diretamente na representação do conhecimento, tido como universal.

As classificações bibliográficas são entendidas como “um mapa completo de qualquer área do conhecimento, mostrando todos os seus conceitos e suas relações” (Langridge, 1977). Nesse sentido, os conceitos – compreendidos como unidades de pensamento, gerais ou específicos, que se relacionam por meio de diferentes atributos e propriedades (Dahlberg, 1978) – são fundamentais para a representação do conhecimento que estrutura o campo investigativo da Ciência da Informação. Assim, tais conceitos devem ser analisados sob uma análise criteriosa, objetivando estabelecer interlocuções conceituais de releitura que contribuam para transformar os padrões de poder e os princípios sobre os quais o conhecimento foi circunscrito, controlado e subjugado.

Nesse contexto, os sistemas e teorias da representação devem ser compreendidos como dispositivos que estruturam os traços semânticos conceituais da realidade situada de um determinado contexto, em que articula termos, definições, emprego de características e propriedades conceituais em um domínio do conhecimento específico. A representação do conhecimento não é uma prática restrita a um grupo específico, mas sim uma prática difusa caracterizada pelas diferentes formas de representar um conceito conforme a percepção dos sujeitos, do conceito que visa a representar as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos de uma sociedade, o conceito posto e sua inserção nos discursos (Mendes, 2022).

Dentro do vasto espectro de temas abordados no âmbito da CI, tomamos como parâmetro o conceito de memória coletiva. Esse conceito se tornou objeto de investigação científica na CI pela ascensão do paradigma social postulado por Capurro (2003), por oferecer subsídios teóricos para a interseção de novas abordagens de caráter social. No entanto, com

⁴ *Chart of Learning* (1605).

o estabelecimento de novas ideias no campo informacional, o conceito de memória social tem sido revisitado com a ascensão do paradigma intercultural anticolonial (Duque-Cardona, 2024). Nesse sentido, alguns apontamentos contextuais são necessários para a compreensão do conceito na perspectiva intercultural do conhecimento.

O conceito de memória coletiva surge na França em meados dos anos 1950, com o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877 – 1945). Ele promoveu uma nova abordagem epistemológica ao ampliar o entendimento da memória, até então considerada um fenômeno estritamente interno e subjetivo⁵. Halbwachs (1990) compreende a memória coletiva como um processo de reconstrução contínua de um passado vivenciado não apenas por um indivíduo, mas por um grupo social:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (Halbwachs, 1990, p. 25).

Nesse sentido, o conceito de memória coletiva concentra um conjunto de aspectos atrelados às vivências de uma coletividade, variando desde uma cultura em comum até os hábitos e costumes adotados pela sociedade. Essa nova perspectiva de pensamento causou forte impacto na comunidade científica ao considerar que os fenômenos memoriais são influenciados por elementos externos, muitas vezes compartilhados por uma coletividade. Esse pressuposto teórico logo se expande aos demais domínios do conhecimento científico para tratar de diferentes enfoques teóricos. No campo da Historiografia, por exemplo, a apropriação do conceito de memória coletiva acontece no contexto da terceira fase da Escola dos Annales, iniciada no ano de 1968. Já na CI, “a apropriação do conceito de memória é um fenômeno recente que, no Brasil, aconteceu nas últimas décadas, dentro das instituições de ensino superior” (Silva; Martins, 2022, p. 12).

Nesse processo expansionista, compreende-se que esse mesmo conceito tem sido objeto de investigação, sendo constantemente reinterpretado com novas definições/caracterizações oriundas de diferentes autorias sociais. No contexto do norte global, Halbwachs (1990) influenciou os estudos de outros intelectuais contemporâneos, tais como Pierre Nora (1931 - 2025), Le Goff (1924 – 2014) e Paul Ricoeur (1913 – 2005). Esses autores possuem forte representatividade nas produções científicas da CI. No entanto, o

⁵ A representação individualista da memória está presente em toda a filosofia antiga, tal como aponta o filósofo Marco Túlio Cícero em sua obra *De oratore* (Silva; Martins, 2022).

conceito de memória coletiva deve ser representado mediante abordagens outras constituídas por meio de uma realidade local, como afirma Duque-Cardona (2024, p. 05): “hoje conhecemos a diversidade de formas que a memória pode assumir”.

Ao longo das duas últimas décadas, pesquisas teóricas com viés epistemológico sobre o fenômeno da memória coletiva foram elaboradas empreendendo esforços na tentativa de viabilizar o aperfeiçoamento do conhecimento científico produzido dentro de suas respectivas realidades. Nesse sentido, esses pesquisadores/ras se tornam referenciais para a construção de um espaço de representação, registro e atualização da memória coletiva.

A brasileira Myrian Sepúlveda dos Santos (1955 – 2024) pode ser mencionada como um exemplo que contribuiu para a representação do conceito de memória coletiva sob um novo olhar. Em sua obra *Memória Coletiva e Teoria Social* (Santos, 2012), a autora afirma que “a minha pesquisa teve como objetivo analisar as diferentes abordagens teóricas sobre a memória coletiva” (Santos, 2012, p. 09). Assim como Halbwachs (1990), Santos (2012) também oferece notáveis contribuições epistêmicas para melhor compressão da construção social da memória e sua manifestação em uma sociedade, ainda que ela julgue como compreensível “a existência de um número crescente de estudos, nos campos disciplinares da teoria literária, da sociologia, da antropologia e da história, que revisitam Halbwachs” (Santos, 2012, p. 50).

A autora defende a tese de que todos os paradigmas teóricos clássicos são importantes à compreensão de memórias coletivas, paralelamente à afirmação de que nenhum deles é suficiente para explicá-las. Assim, é preciso denunciar os reducionismos e absolutismos teóricos advindos dos pensadores hegemônicos, uma vez que “eles nos permitem visões parciais do que seja e de como atua a memória coletiva” (Santos, 2012, p. 10). Apesar da contribuição epistemológicas de Santos (2012) ir ao encontro do pensamento crítico decolonial, entende-se que “outras” visões/percepções epistêmicas produzidas dentro do contexto situado do sul global ainda possuem baixa representatividade dentro da comunidade científica informacional, sendo muitas vezes excluídas nos processos comunicacionais.

Nesse contexto, a implementação de novos pressupostos teóricos no sul global pode dar conta das demandas locais, levando em consideração os atuais desafios da realidade situada: “se compararmos, por exemplo, países de antiga tradição nacional, países que são Estados nacionais há muitos séculos, com Estados nacionais recentes, veremos que a preocupação com a identidade e a memória toma feições bem diferentes nos dois casos”

(Pollak, 1992, p. 207). Assim, a representação do conceito de memória coletiva deve ser produto da atividade científica oriunda de diferentes teorias pertencentes a nações “tradicionais” ou as nações constituídas em tempos recentes.

Diante dos pressupostos aqui apresentados, depreende-se que a CI do sul global deve valorizar as diferentes formas de representar o conceito de memória coletiva nas produções científicas. A memória coletiva, sob uma perspectiva decolonial e anticolonial, deve ser compreendida nas múltiplas formas de coletividade existentes — letradas ou não, ocidentais ou orientais, situadas em contextos desenvolvidos ou historicamente marginalizados —, considerando tanto os registros escritos quanto às formas orais e outras expressões de memória. Assim, torna-se necessário reconhecer os diversos fatores que influenciam esses processos, de modo a valorizar o sul global como território legítimo e fundamental na produção e transmissão das memórias coletivas.

Essa valorização implica deslocar os centros de referência e romper com hierarquizações epistêmicas que desqualificam outras formas de saber e recordar. O reconhecimento das experiências locais, enraizadas em contextos históricos e socioculturais distintos, amplia as possibilidades de compreender a memória não como categoria fixa, mas como campo em disputa. Nesse sentido, as contribuições de Myrian Santos (2012) são relevantes ao apontar a urgência em recuperar a memória como prática social situada, conectada à experiência coletiva e à informação. Sua abordagem permite inferir que o esquecimento imposto por estruturas coloniais pode ser combatido por meio da afirmação de epistemologias outras, capazes de sustentar uma Ciência da Informação mais comprometida com as realidades e memórias do sul global.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou analisar como a representação do conceito de memória coletiva é moldado pelas práticas de imposição científica advindas do colonialismo intelectual, que, mediante suas estratégias de silenciamento, estabelece o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. O objetivo foi atingido na medida em que se identificou, em uma perspectiva decolonial, que o conceito de memória coletiva possui definições estrangeiras empregadas amplamente na CI. Essas definições devem ser revisitadas por meio da inserção de epistemologias “outras” que incluem saberes e conhecimento situado nas produções científicas. Nesse processo conflitante, observou-se que, no transcorrer dos tempos, as teorias

dominantes se espalharam por diferentes regiões, transformando-se em modelos clássicos e universalizantes. Entretanto, ainda que não se possa negar a importância das epistemologias mencionadas, não se pode tomá-las como universais.

Na tentativa de subverter os efeitos da colonialidade, apresentou-se o conceito de memória coletiva, de Maurice Halbwachs (1877–1945), cuja influência se manifesta nos processos de representação do conhecimento científico, sendo retomado e ressignificado por diferentes perspectivas no contexto do sul global. Entretanto, ao reconhecer o vínculo eurocentrado presente na obra do autor, torna-se evidente a importância de uma representação intercultural desse conceito no âmbito da Ciência da Informação, de modo a possibilitar a articulação entre diferentes formas de saber. Por esse motivo, adotaram-se os estudos de Myrian Santos (2012) como base para a revisão bibliográfica narrativa, considerando que a autora está inserida em uma rede de pesquisadores dedicada à produção de estudos sobre memória e sociedade, cujos “avanços analíticos são muitos”. Suas reflexões são apresentadas como um conhecimento “outro” que contribui para a prática decolonial das epistemologias voltadas às memórias coletivas.

Diante das considerações aqui evidenciadas, o paradigma intercultural anticolonial desenvolvido para a Biblioteconomia e Ciência da Informação deve ser incorporado como um referencial para “sulear” a produção de pressupostos teóricos que promovam representações conceituais mais inclusivas. Para garantir uma ciência equitativa, as pesquisas científico-informacionais precisam assumir o compromisso por meio de uma postura crítica anticolonial que se manifesta em dois níveis: por um lado, reconhecer a importante contribuição científica advinda dos países centrais; por outro lado, colaborar no aperfeiçoamento de uma CI que atenda às demandas informacionais advindas da realidade posta no sul global. Isso inclui a produção de conhecimento como a revisão/retomada de conceitos e demais recursos epistemológicos que contribuam com o processo plural de desenvolvimento científico.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Deixar existir a poesia mais selvagem na tessitura de uma gramática anticolonial. *In*: MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de. (org.). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 9-12.

BERTELY BUSQUETS, María. Debates conceptuales sobre educación multicultural e intercultural. *In*.: BERTELY BUSQUETS, María; DIETZ, Gunther; Díaz TEPEPA, María Guadalupe

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Díaz (Coord.). **Multiculturalismo y educación** 2002-2011. México: ANUIES / COMIE, 2013. p. 41-79.

BORDA, Orlando F. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. Colombia: Nuestro Tiempo, 1971.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/asi.5090190103. Acesso em: 17 abr. 2025.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101- 107, 1978d.

DUQUE- CARDONA, Natalia. ¿Ciencia de la información para qué y para quién? Aproximación a los para-digmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitario. *In*: DUQUE-CARDONA, Natalia; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: Contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha, 2020. p. 45-72.

DUQUE-CARDONA, Natalia. Paradigma intercultural para as ciências da informação: uma proposta de Abya-Yala. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 24., 2024, Vitória, ES. **Anais [...]**. São Paulo: UFES/ANCIB, 2024.

Disponível em:

<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2119/1472>. Acesso em 20 abr. 2025.

DUQUE- CARDONA, Natalia; RESTREPO-FERNÁNDEZ, María Camila. El conocimiento situado en la Bibliotecología y Ciencia de la Información (CI): desafíos en el Antropoceno. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro. v. 18, 2022.

GARCEZ, Dirnele Carneiro. Decolonizando a Organização do Conhecimento: conceitos, teorias e epistemologias de Abya Yala. **Ciência da Informação Express**, [S.l.], v. 3, p. 1–3, 2022. Disponível em:

<https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/47>. Acesso em: 18 maio 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KURY, Lorelay. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiencias, relato e imagem. **História, Ciência, Saúde**, Manguinhos, v. 8 (suplemento), 2001.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro, Interciência, 1977.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

MENDES, Edleise. Educação linguística intercultural. *In*: MATOS, Doris Cristina Vicente da

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de. (org.). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 123-134.

PINO, Bruno Ayllón. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). *In*: SOUZA, André de Mello e. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. 277 p.

POLLAK, Michel. Identidade e memória social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

QUINTERO-LÓPEZ, Dayro León. Espacio intercultural, interculturalidad en el espacio: claves para pensar geográficamente. *In*: GONZÁLEZ MACHADO, Emilia Crstina; DUQUE CARDONA, Natalia; SANTILLÁN ANGUIANO, Ernesto Israel. (org.). **Los estudios interculturales. Una ventana para el diálogo de saberes desde Abya Yala**. Mexicali: Universidad Autónoma de Baja California: Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2021.

REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43. 2022. Disponível em: www.scielo.br/i/es/a/V4NXiqDTzVTkVLRXQyDfdyQ/. Acesso em: 17 abr. 2025.

ROBREDO, Jaime. Do documento impresso à informação nas nuvens: reflexões. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 19 - 42, mar., 2011.

SANTOS. Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Annablume, 2012.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. Publicación científica en acceso abierto: desafíos decoloniales para América Latina. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5782, nov. 2021.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho, FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr. 2012.

SUAIDEN, Emir J. A pesquisa em Ciência da Informação na América Latina. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 23/24, n. 3, p. 329-332, especial 1999/2000.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, v. 5, p. 6-39, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 17 abr. 2025.